

Economia Solidária em Pernambuco: Alternativa de Emancipação Frente ao Desemprego e à Exclusão Social?

Ana Cristina Brito Arcoverde (Org.)

Colaboradores: Creusa da Silva Melo, Isadora Serrano Vitoriano, Izabel Leite de Souza

Leide Daiana Cassimiro da Silva, Leônidas Leal da Silva e Natacha de Melo Fragoso

Editora Universitária da UFPE, 2009. 95p.

Uma característica da formação econômica e social brasileira e do desenvolvimento econômico no País é o expressivo papel de atividades de subsistência no meio rural e no meio urbano, o que inclui uma multiplicidade de atividades e ocupações informais nos centros urbanos absorvendo amplos segmentos da força de trabalho. O que hoje é considerado como empreendimentos de economia solidária é, certamente, parte desse universo de pequenos negócios rurais e urbanos.

No entanto, economia solidária como alternativa de ocupação ou como um caminho possível para uma nova conformação econômica e social é algo recente e ganhou dimensão nos estudos acadêmicos a partir de efeitos de transformações processadas desde o início dos anos noventa: a elevação das taxas de desemprego e a ampliação da exclusão social de significativos segmentos da população brasileira como decorrência da combinação de insatisfatório crescimento econômico, transformações tecnológicas e organizacionais e reformas institucionais (abertura comercial e financeira, privatizações, ajustes no papel do Estado). Trata-se da repercussão, no Brasil, de experiências internacionais de organização popular em torno de empreendimentos de natureza solidária.

O trabalho materializado neste livro, *Economia Solidária em Pernambuco: alternativa de emancipação frente ao desemprego e à exclusão social*, sistematiza um olhar sobre a economia desenvolvida por trabalhadores desempregados, trabalhadores informais e pequenos empreendedores em busca de inclusão nos planos econômico, social e político. O objeto de análise é um conjunto de pequenos empreendimentos de mesorregiões e microrregiões do Estado de Pernambuco cobertos por pesquisa empírica, tendo-se como referência o período de março de 2003 a fevereiro de 2007.

O centro das preocupações teóricas e metodológicas deste livro gravita em torno de um conjunto de empreendimentos considerados solidários, em Pernambuco, enquanto organizações coletivas de trabalhadores, dedicadas à produção e ao consumo de bens e serviços, comercializa e reparte ganhos com princípios opostos aos do modo de produção capitalista.

Estudos no Brasil dão conta de que empreendimentos de economia solidária representariam relevante fatia da economia brasileira. A observação é realidade reconhecida por diferentes autores que tratam da temática e faz pulsar a vida de importante parcela da população engajada no mercado de trabalho pernambucano. No entanto, estudos locais, com base em investigação empírica, são menos frequentes. Assim, acredita-se que este trabalho deverá contribuir para o conhecimento do fenômeno e, portanto, do significado dessas formas de produção na realidade social do Estado de Pernambuco.

Perseguindo os objetivos propostos foi necessário percorrer um longo caminho para explorar a caracterização de tais empreendimentos no que concerne aos fundamentos teóricos, filosóficos e metodológicos dos princípios que a sustentam: solidariedade, cooperação, igualdade e autogestão praticados na produção para discernir sobre orientações, distinções e estratégias de atuação e buscar suas relações e interfaces com o Estado, com a economia de mercado e seu potencial de emancipação.

A lógica de substituição de trabalho vivo por tecnologia e gestão enxuta nas empresas capitalistas reduziu ao mínimo o trabalho assalariado e protegido deixando à sua sorte toda uma massa de trabalhadores. Contudo, esse processo excludente não avança sem encontrar resistências. Os excluídos resistem diariamente através de ações individuais e coletivas muito diversas, com estratégias de sobrevivência, projetos nacionais e globais de oposição e iniciativas locais.

Essa resistência se apresenta na expansão de formação de associações, empreendimentos econômicos, cooperativas, oficinas, redes, clubes de troca, e outros que, segundo alguns autores¹, combinam relações sociais democráticas, equitativas e comprometidas com a coletividade em que se inserem.

Nessas formas de organização coletiva do trabalho e renda são estimuladas a autogestão, a cooperação e a solidariedade sociais e, em geral, valoriza-se o sentimento comunitário, a reciprocidade, a organização democrático-participativa e autogestionária. Tais empreendimentos, segundo Singer (2002), desenvolvem-se a base de dois princípios fundamentais: igualdade no poder e igualdade econômica.

Nesse sentido, a realidade apresenta a multiplicação de organizações de iniciativas econômico-solidárias polimorfas – mutualidades, cooperativas, associações, organizações de autoajuda, de caridade, de voluntários e não lucrativas – que lembram as guildas, confrarias, corporações de ofício e os falanstérios da idade média.

As leituras e reflexões teóricas daquela emergente realidade sugerem que, ou estamos diante de uma economia plenamente articulada com a economia formal enquanto fonte de produtos, serviços e mão-de-obra barata para o setor moderno da economia, logo, reproduzindo e expandindo a exploração pelo lucro incessante do fator trabalho, ou diante da germinação de uma economia alternativa distinta da lógica capitalista, com potencial de emancipação e, portanto, viável no sentido de garantir a reprodução social. Ou seja, de uma economia assentada na independência em relação ao Estado, de filiação voluntária por parte dos trabalhadores sócios, estrutura democrática de poder, caráter coletivo da produção e ausência de remuneração do capital.

Sabe-se que o modo de produção capitalista apresenta quatro características básicas e que até o momento se apresentam separadas: 1) regime de produção de mercadorias que visam o mercado; 2) separação entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores; 3) conversão da força de trabalho em mercadoria sob a modalidade do trabalho assalariado e, 4) extração da mais-valia sobre o trabalho cedido ao detentor dos meios de produção como estratégia para a ampliação incessante do

1 Paul Singer, Luiz Inácio Gaiger, Boaventura de Souza Santos, entre outros, são autores que discutem a temática.

lucro, sendo a mais-valia finalidade direta e móvel determinante da produção, cabendo à circulação garantir a multiplicação ampliada do capital.

Gaiger (2002) nos lembra que o capitalismo encontra-se fundamentado numa relação social entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e às condições de valorização de sua capacidade de trabalho. Giannotti (1976, p.167) reforça: “trata-se de uma relação classista que se efetiva através de uma colaboração ilusória, mas não menos real, das três classes básicas: assalariados (cada vez mais reduzida), capitalistas e proprietários fundiários na qualidade de donos dos fatores responsáveis pelos custos da produção de mercadorias”.

Na forma solidária de produção aquelas características são substituídas. O pensar e as práticas de autogestão e cooperação conferem aos empreendimentos uma natureza singular e distinta da natureza que permeia o modo de produção capitalista, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente, reconciliando trabalhador e meios de produção, a saber: 1) regime de produção de mercadorias dirigido à satisfação de necessidades de seus componentes; 2) propriedade coletiva dos meios de produção; 3) controle do empreendimento e poder de decisão pertencentes à sociedade dos trabalhadores, em regime de paridade de direitos; 4) gestão do empreendimento presa à comunidade de trabalhadores que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido; 5) unidade entre posse, propriedade e uso dos meios de produção e, 6) solidarismo como base na racionalidade equitativa econômica, relações internas e vínculos mútuos que definem o processo de trabalho e produção.

O ressurgimento de formas de organização do trabalho e práticas econômicas associativas de trabalhadores, denominadas solidárias, em meio aos efeitos excludentes do capitalismo globalizado e da reforma do Estado chamou a atenção e instigou questionamentos sobre sua orientação alternativa ao individualismo liberal e ao socialismo centralizado, tais como:

– Qual a orientação dos empreendimentos solidários no solo pernambucano como um dos espaços econômicos no capitalismo tardio e/ou periférico? – Em que condições se constituem, se desenvolvem e se consolidam tais empreendimentos? – Como e em que perspectiva a economia solidária permanece e resiste às pressões do ambiente econômico de mercado globalizado? – Será que os trabalhadores solidariamente organizados realizam a retomada da consciência de sua personalidade histórica de trabalhador e vida coletiva, como pensava Gramsci?

E ainda: – Seriam tais iniciativas capazes de criar práticas econômicas e formas de sociabilidade emancipatórias dentro do capitalismo? – Como e em que medida a organização do trabalho incluiu desempregados e trabalhadores informais rejeitados pelo mercado formal de trabalho? – Que características assumem os empreendimentos econômicos solidários de produção? – Em que princípios se assentam? – Que relações estabelecem com o Estado e com o mercado? – Qual o potencial de inclusão socioeconômica dos empreendimentos solidários? – A autogestão, no contexto da reforma do Estado, concretiza-se na prática dos empreendimentos solidários, em Pernambuco?